



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 118, DE 2007

(nº 504/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

Os méritos do Senhor Ánuar Nahes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de julho de 2007.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande traço horizontal inicial e o nome "Ánuar Nahes" visível.

Brasília, 10 de julho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **ÁNUAR NAHES**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **ÁNUAR NAHES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ÁNUAR NAHES

CPF.: 59254041815

ID.: 8121- MRE

25/05/1952	Filho de Anuor Nahes e Elvira Nahes, nasce em 25 de maio, em Santa Adélia/SP
12/04/1976	Letras pela Universidade de São Paulo/SP
02/08/1978	Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Professor Carlos Pasquale/SP
16/12/1982	CPCD - IRBr
17/12/1982	Terceiro Secretário em 17 de dezembro
04/04/1983	Linguagem Diplomática: uma Abordagem Irônico-Linguística, in Revista do Serviço Público, ano 39, n. 02, FUNCEP, Brasília
20/04/1983	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva - CPCD, Medalha de Bronze
21/04/1983	Prêmio Rio Branco - CPCD, Medalha de Prata
11/08/1983	Divisão da América Meridional-II, assistente
15/02/1984	Divisão das Nações Unidas, assistente
12/04/1984	Seminário Internacional das Nações Unidas sobre Intolerância Religiosa, Genebra, Chefe de delegação
03/04/1985	Coordenadoria Especial de Imprensa, assistente
01/05/1986	Missão do Brasil junto às Nações Unidas, Terceiro e Segundo Secretário
18/12/1986	Segundo Secretário em 18 de dezembro
17/08/1989	CAD-IRBr
03/09/1989	Embaixada em Caracas, Segundo e Primeiro Secretário
21/04/1992	Ordem de Rio-Branco, Brasil, Cavaleiro
25/06/1992	Primeiro Secretário, por merecimento, em 25 de junho
05/12/1992	Embaixada em Damasco, Primeiro Secretário
24/10/1995	Divisão do Oriente Próximo, Chefe, substituto

17/10/1996	Missão na área de saúde à Autoridade Palestina (Gaza e Ramallah), Chefe de delegação
11/11/1997	Ordem do Cedro, Líbano, Cavaleiro
17/12/1997	Conselheiro, por merecimento, em 17 de dezembro
31/12/1997	Divisão do Oriente Próximo, Chefe
18/08/1998	Embaixada em Paris, Conselheiro
07/09/2001	Medalha do Mérito Santos Dumont, Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Brasil
06/01/2002	Embaixada em Túnis, Conselheiro e Ministro-Conselheiro, comissionado
19/05/2003	CAE - IRBr, As Reparações da Guerra do Golfo e suas Implicações para o Brasil. A Comissão de Compensação das Nações Unidas
14/06/2003	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Assistente do Diretor-Geral
18/10/2004	Divisão do Pessoal, Chefe
16/06/2005	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 16 de junho
26/08/2005	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
16/12/2005	Coordenador do Seguimento da Cúpula América do Sul - Países Árabes (CS-ASPA)
02/01/2007	Coordenador-Geral do Seguimento da Cúpula América do Sul - Países Árabes (CG-ASPA)


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral Política II (SGAP-II)

Departamento do Oriente Médio e Ásia Central (DOMA)

Divisão do Oriente Médio-II (DOM-II)

**MENSAGEM AO CONGRESSO
ESTADO DO CATAR**

Junho 2007

CATAR - DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado do Catar
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Monarquia Constitucional (Emirado)
ÁREA	11.437 km ²
POPULAÇÃO	907.229 (estimativa – julho de 2007)
COMPOSIÇÃO ÉTNICA	Árabes (40%), Paquistaneses (18%), Indianos (18%), Iranianos (10%), Outros (14%).
DATA NACIONAL	3 de setembro (dia da independência)
PIB (est. 2006)	US\$ 30,76 bilhões
PIB/capita (est. 2006)	US\$ 29.800
UNIDADE MONETÁRIA	Rial catariano (QAR)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Chefe de Estado: Emir Xequê Hamad bin Khalifa al Thani (desde junho de 1995) Príncipe Herdeiro: Xequê Tamin bin Hamad Khalifa al Thani, escolhido em setembro de 2003 Chefe de Governo (Primeiro-Ministro): Xequê Hamad Bin Jassen Jaber al Thani (desde abril de 2007).
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Xequê Hamad Bin Jassen Jaber al Thani – Ministro das Relações Exteriores. Senhor Ahmad bin Abdullah al Mahmoud – Ministro de Estado para Relações Exteriores.
MAIORES CIDADES	Doha, Ar Rayyan, Al Wakrah, Al Khor, Mesaieed, Dukhan, Al Shahhainiya, Khor al Adaid

POLÍTICA INTERNA

O território do Catar, inicialmente dominado pelo califa do Bareine, passa a integrar o Império Otomano em 1872. Torna-se parte do sistema britânico em 1916, por meio de um tratado de proteção, pelo qual a Grã-Bretanha reconhece o poder à dinastia al Thani, oriunda da Arábia Central, onde, desde os anos 1860, controla a maior cidade da região, Al Bida. Com a retirada britânica da região do Golfo Pérsico, em 1971, o Catar se torna independente, após terem fracassado as tentativas para formação de uma nova unidade geopolítica, que incorporasse o país e o Bareine aos Emirados Árabes Unidos. A declaração de emancipação foi feita em Genebra e não em Doha. Representantes da família Al Thani mantiveram a titularidade do Governo.

O primeiro Chefe de Estado do Catar independente foi o Xequê Ahmed bin Ali al Thani, de reduzida expressão política. Em 1972, por meio de um "golpe de Estado branco", foi forçado a deixar o cargo para o sobrinho, Xequê Khalifa bin Hamad al Thani. Xequê Khalifa governou por 23 anos, em período de grande transformação, marcado pelo início da riqueza advinda da exploração de petróleo. A peculiar gestão orçamentária, mesclando contas públicas e patrimônio pessoal, levaram a um novo "golpe de Estado branco", em 1995, liderado por seu filho, Xequê Hamad bin Khalifa al Thani.

Para consolidar sua autoridade e neutralizar resistências internas e externas de defensores de seu pai, Emir Hamad tem marcado sua gestão com originalidade e independência. Acelerou o ambicioso programa de modernização da estrutura política, econômica e social do país, procurando utilizar, ao máximo, os recursos oriundos do petróleo e abrir caminho para futuras explorações das imensas reservas de gás natural (as terceiras maiores do mundo, após a Rússia e o Irã).

Para tanto, vem sendo estimulada a formação de diversas *joint-ventures*, sobretudo com novos parceiros, como a República da Coreia e Taiwan. O início das operações da primeira siderúrgica catariana foi coroado de sucesso e o país vem exportando considerável quantidade de barras de aço. Além da construção de imponentes obras de infra-estrutura, que vêm transformando o perfil urbano de Doha, o Governo catariano está atribuindo especial ênfase à questão da educação.

Em 1977, foi inaugurada a primeira Universidade do país. Em 2003, a Cidade Educacional abriu suas portas, constituindo-se no primeiro grande "centro universitário de excelência" do Oriente Médio, destinado a operar nos moldes dos tecnopólos americanos de *Syllicon Valley* - união da pesquisa de laboratórios acadêmicos a empreendimentos empresariais concretos.

Posteriormente, foi criado o Parque Científico e Tecnológico, no âmbito da Cidade Educacional. O Parque procurará estimular atividades de pesquisa pura e de comercialização imediata, com ênfase em processos de aplicação de tecnologia de ponta no incremento de programas de incentivo ao desenvolvimento. As companhias a serem formadas deverão buscar utilização prioritária de seus métodos, não somente no Catar, mas também em outros países do Oriente Médio. Para atrair empresários interessados, serão oferecidas, dentre outras vantagens, a titularidade integral das empresas criadas no Parque, dispensando-se a exigência de participação majoritária de sócios locais; a isenção de direitos alfandegários de importação e exportação; e a total liberdade para a remessa de lucros ao exterior.

Adicionalmente, a Fundação Catariana para a Educação, Ciência e Desenvolvimento Comunitário, entidade pública que dispõe de substanciais recursos financeiros, assinou diversos contratos de cooperação com universidades norte-americanas, britânicas e australianas com o objetivo de implementar programas-piloto no campo da educação secundária e do treinamento na área de recursos humanos.

Concomitantemente, o Governo se tem empenhado em promover diversas iniciativas culturais de vulto, incluindo a apresentação de prestigiosas personalidades do mundo lírico e encenações de óperas compostas por artistas árabes sobre temas locais.

Assinale-se, ainda, que o Ministério da Educação é chefiado por uma mulher, Xeica Ahmed Al-Mahmoud, o que é apontado, continuamente, como indicativo da determinação do Governo de promover a integração feminina na vida política e social do país. Deve-se ressaltar, ademais, o papel da esposa do Emir, Xeica Mozah Nasser al Misnad, de

formação cultural francófila e muito empenhada na realização de ambiciosos programas de caráter educacional e cultural (a Cidade Educacional teria sido planejada e organizada sob seu estrito controle e supervisão).

Buscando ampliar sua base de sustentação política, o Emir Hamad autorizou a criação da rede de televisão “al Jazeera” (a ilha), que, com seus noticiários internacionais mais livres, diretos e objetivos, acabou por se transformar, rapidamente, na maior e mais popular rede de TV em todo o mundo árabe, alcançando, igualmente, boa audiência junto às comunidades islâmicas da Europa e dos Estados Unidos. As reportagens feitas durante a derrubada do regime dos talibãs no Afeganistão, em 2001, e durante as operações militares norte-americanas no Iraque, em 2003 e 2004, confirmaram a presença da emissora na linha de frente do jornalismo de informação televisiva. Além das efetivas vantagens materiais trazidas ao balanço de pagamentos catariano, decorrentes de cobranças feitas a *sponsors* e da percepção de *royalties* pela redifusão de suas emissões, a Al Jazeera conferiu especial significado político ao regime do Doha, que passou a ser considerado como “mais entrosado com as regras da modernidade”. Constitui, desde então, parâmetro seguido por alguns vizinhos, como os Emirados Árabes Unidos, que igualmente criaram suas estações, operando em formato mais direto e objetivo. Vale mencionar, entretanto, que o caráter liberal e mais aberto de Al Jazeera refere-se, exclusivamente, a temas internacionais ou a assuntos relativos a outros países, não havendo debates ou comentários críticos mais sérios sobre a situação interna catariana.

Adicionalmente, a convocação de eleições municipais, em 2003, com a admissão do voto feminino, visou a conferir legitimidade ao sistema político catariano. O fato incomodou alguns vizinhos mais conservadores e menos inclinados a inovações institucionais audaciosas.

De forma semelhante, para garantir maior estabilidade social e diluir eventuais manifestações de descontentamento, o sistema de assistência social instituído no Catar passou a ser um dos mais completos e abrangentes, oferecendo proteção quase integral aos naturais catarianos autóctones e também a certas camadas da população emigrada.

Nesse sentido, as autoridades sanitárias catarianas assinaram acordos de cooperação com entidades médicas alemãs, sobretudo com as Clínicas Universitárias de Heidelberg e com o Hospital Universitário de Saarland, para o envio de pessoal médico e de enfermagem para treinamento intensivo em setores altamente especializados, como cardiologia, oncologia e tratamento de distrofias. Já está em curso um certo “turismo clínico” procedente de outros países árabes vizinhos, com destino a Doha, que começa a desfrutar de reconhecimento e de justificado renome regional.

Durante visita oficial à França, em setembro de 2004, o Ministro do Exterior, Xequê Hamad Bin Jassin Jaber al Thani, declarou, durante entrevista coletiva à imprensa, que seu Governo está empenhado em executar reformas políticas e sociais efetivas, procurando equacionar democracia e modernidade, respeito por liberdades básicas, livre fluxo de idéias e participação feminina na vida pública, “em conformidade com os ensinamentos do Islã e com costumes e tradições válidas”.

Xequê Hamad tem demonstrado considerável habilidade política, conseguindo, com sucesso, neutralizar eventuais reações internas de descontentamento, não somente por meio da execução de vasto programa desenvolvimentista gerador de oportunidades, mas também por meio da distribuição de favores especiais - em particular sob a forma de participação em empreendimentos empresariais -, a personalidades que poderiam vir a representar uma forma consistente de oposição.

Em abril de 2003, referendo nacional aprovou, pela primeira vez, uma constituição escrita no Catar, que entrou em vigor em 9 de junho de 2005. O objetivo da carta magna era garantir uma sociedade plural, igualitária e baseada no direito. Previa, ainda, a criação da *Majlis Al-Shura*, Conselho Consultivo, a que foram atribuídos poderes legislativos. Dois terços dos 45 membros serão eleitos por sufrágio universal; os restantes serão indicados pelo Emir. A expectativa é de que as eleições sejam realizadas ainda em 2007, apesar de já haverem sido adiadas por duas vezes.

Em 2005, o Catar inaugurou, no Ministério do Interior, departamento responsável pela aplicação de dispositivos de convenções internacionais sobre direitos humanos e pela formulação da posição oficial do país acerca da matéria. Cidadãos catarianos poderão acionar o departamento com denúncias de violações, que serão objeto de investigação. Ademais, o novo departamento fará visitas a presídios e centros de detenção. Há entendimento, entretanto, de que a iniciativa seja reação ao relatório do Departamento de Estado norte-americano que, no início de 2005, apontou violações de direitos humanos no Catar. Estima-se, também, que o país esteja interessado em sediar o futuro centro das Nações Unidas para direitos humanos no sudeste asiático e países árabes.

No que concerne ao comércio, em setembro de 2005, o Príncipe Herdeiro, Xequê Tamin bin Hamad al Thani, promulgou decreto para iniciar estudos que, em breve, permitam a criação de zona franca nos moldes daquela de Jabel Ali, nos Emirados Árabes Unidos. Em 2006, o comércio exterior catariano atingiu US\$ 46,3 bilhões, sendo US\$ 28,6 bilhões em exportações e US\$ 17,7 bilhões em importações. O intercâmbio comercial total do Catar com o resto do mundo conheceu aumento de 28,8%, em relação a 2005, e de 86,7%, em relação a 2004.

Em abril de 2007, o Primeiro-Ministro, Xequê Abdullah bin Khalifa al Thani, renunciou ao cargo e foi designado Conselheiro Especial do Chefe de Estado, mantendo o mesmo nível hierárquico. O Emir nomeou, em seu lugar, o Vice-Primeiro-Ministro, Xequê Hamad bin Jassem Jabor al Thani, que acumula o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

POLÍTICA EXTERNA

O perfil global da política exterior catariana vem obedecendo a grandes linhas estratégicas, que poderiam ser definidas como tendentes a assegurar um certo equilíbrio entre vizinhos e grandes potências, valendo-se para tanto de uma série de iniciativas que, no fundo, acabam representando a defesa de um interesse nacional específico.

Com a criação do país, em 1971, os responsáveis catarianos procuraram manter um programa de aliança e assistência com Londres, temendo não somente ameaças expansionistas por parte da Arábia Saudita, que via com desagrado a multiplicação de emirados independentes em sua proximidade imediata, mas também o descontentamento do Bareine, com o qual manteve pendência relativa à posse das Ilhas Hawar, concluída, em 2001, com sentença da Corte Internacional de Justiça favorável ao Catar.

Ainda na qualidade de Príncipe Herdeiro, no período de 1972 a 1995, Xequê Hamad procurou agir com maior desenvoltura diplomática, aproximando-se do Irã, à época do Xá, e mesmo mantendo contatos diretos com Israel. Com isso, objetivou atrair o interesse estratégico dos Estados Unidos para a posição do Catar no Golfo Pérsico, já que, até então, Washington considerava o país apenas um fornecedor de petróleo.

Até a revolução islâmica de 1979, os vínculos diplomáticos e comerciais entre Doha e Teerã eram intensos. Após a Revolução, houve período de retração no relacionamento bilateral. Muitos expoentes da época do Xá obtiveram acolhida no Catar, passando a desfrutar de posições de realce na vida econômica e comercial do país. Como em outras monarquias do Golfo, os responsáveis catarianos tiveram receio de que a pregação religiosa procedente de Teerã pudesse despertar inquietação nas minorias locais de confissão xiita.

Em 1980, a eclosão do conflito Irã-Iraque aumentou o temor de perturbação institucional, o que levou os Governos da área, sob inspiração dos dirigentes de Riade, a criarem o Conselho de Cooperação no Golfo (CCG), destinado inicialmente a constituir um mecanismo de cooperação funcional, agrupando Arábia Saudita, Catar, Bareine, Kuaite, Omã e Emirados Árabes Unidos.

No momento, verifica-se maior distensão diplomática entre Teerã e Doha. Os responsáveis catarianos vêm estimulando o intercâmbio comercial com os iranianos, tendo, inclusive, participado de diversas feiras internacionais em Teerã e acolhido numerosas delegações econômicas e mercantis iranianas. Durante breve visita à capital

iraniana, no início de 2007, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Catar reiterou a visão de seu país de que a solução do impasse em torno do programa nuclear iraniano será obtida por meio de negociações, repudiando o uso da força. Lembre-se, a propósito, que o Catar ocupa assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no biênio 2006-2007.

Com relação a Israel, o intercâmbio comercial foi estimulado após a Conferência de Madri e os Acordos de Oslo, na década de 1990. Em 1996, o então Primeiro-Ministro Shimon Peres visitou Doha, quando foi anunciada a abertura simultânea de escritórios comerciais e assinado acordo comercial entre as partes. A eclosão da segunda Intifada, em 2000, e a assunção de Ariel Sharon ao cargo de Primeiro-Ministro contribuíram para desacelerar a abertura a Israel. Em visita oficial a Paris, em setembro de 2004, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Xequé Hamad bin Jassim Jaber al Thani, reiterou, durante entrevista coletiva, que as tratativas entre os dois países tiveram caráter exclusivamente comercial e enfatizou que a normalização dos vínculos com Israel dependeria da evolução das negociações de paz com os palestinos e do entendimento no âmbito da Liga dos Estados Árabes (LEA).

A relativa independência diplomática do Catar gerou certo descontentamento entre seus vizinhos, que acusaram os dirigentes de Doha de progressivo distanciamento das linhas políticas seguidas pelo mundo muçulmano, sobretudo no que se refere ao Estado judeu e à relativa liberdade de expressão da TV Al Jazeera.

Com vistas a neutralizar antagonismos, Doha tem adotado posturas mais flexíveis e com espírito de cooperação, seja no âmbito da Organização da Conferência Islâmica (OCI), seja no seio da LEA e do CCG. Neste último foro, o Catar aceitou, em 2003, proposta de unificação aduaneira, de futura união monetária (2010) e de coordenação de programas de defesa. Por outro lado, multiplicaram-se as contribuições financeiras catarianas à causa palestina, aos refugiados afegãos, e como auxílio nos casos de desastres naturais no mundo islâmico.

A partir de 2003, o Catar passou a acolher em seu território a maior parte das tropas norte-americanas estacionadas no Golfo, posição ocupada anteriormente pela Arábia Saudita que, por razões internas, preferiu adotar postura mais discreta de alinhamento com Washington. Os Estados Unidos vêm desempenhando, desde muito, o papel de agente garantidor da segurança dos países do Golfo e contam com acordo militar com Doha.

No que diz respeito à *Great Middle East Initiative* (Iniciativa para o Grande Oriente Médio), estabelecida pelo Governo do Presidente George W. Bush, em 2002, o projeto foi acolhido com simpatia pelas autoridades catarianas, ainda que a maioria dos países árabes tenha tido uma reação inicial negativa. O Emir Al Thani dirigiu, por diversas vezes, palavras elogiosas à iniciativa, advertindo sobre a necessidade de se separar a questão referente à Palestina da adoção de um efetivo programa de reformas no sistema político dos países árabes.

Vale mencionar, entretanto, que as relações entre Doha e Washington nem sempre têm sido isentas de tensões, especialmente com relação à cobertura jornalística feita pela rede de televisão Al Jazeera, que não deixou de apontar deslizos da atuação norte-americana no Iraque ou no Afeganistão.

Como que para contrabalançar suas composições com os Estados Unidos, Xequê Hamad adotou política de concessão de asilo a diversas personalidades do mundo islâmico consideradas "integristas" ou "pensadores perigosos". Assim, o ex-dirigente argelino da Frente Islâmica de Salvação, Mohamed Abassi Madani, passou a viver em Doha, ao ser libertado em Argel em 1997. Da mesma forma, o ex-Presidente checheno Salim Khan Yandarbiyev, viveu no Catar até seu assassinato por elementos russos, em fevereiro de 2004, o que provocou crise diplomática entre Doha e Moscou.

Por meio de múltiplas iniciativas em busca de equilíbrio e de atuação externa consoante com seus interesses nacionais específicos, os responsáveis catarianos vêm procurando estimular novas parcerias e ampliar seus contatos internacionais em diversos quadrantes. Em abril de 2004, formalizaram-se relações diplomáticas entre o Catar e o Vaticano, com a designação de um Núncio residente em Doha. As relações com países asiáticos estão em plena fase de desenvolvimento, especialmente no que se refere ao intercâmbio comercial e financeiro. A República Popular da China, a República da Coreia, Taiwan, Cingapura e Malásia constituem importantes interlocutores de Doha, sem esquecer que o Japão é o maior comprador das exportações catarianas e seu segundo fornecedor internacional. O intenso fluxo de trabalhadores oriundos das Filipinas, da Índia, do Paquistão e da Tailândia também contribuiu para o estabelecimento de vínculos especiais do Catar com aqueles países.

Assinale-se que a diplomacia catariana se tem empenhado na manutenção de um perfil internacional destacado. Além de sediar a reunião da Organização Mundial de Comércio, em 2001, Doha tem sido palco de diversas reuniões internacionais de prestígio. Como já mencionado, em janeiro de 2006, o país passou a ocupar, por dois anos, assento não permanente no CSNU. A eleição foi celebrada internamente como um reconhecimento do prestígio externo alcançado pelo país.

A recente movimentação de visitas de chefes de Estado e de Governo ao Catar no início de 2007 demonstra que as lideranças locais não pretendem limitar seu protagonismo aos dois anos do mandato catariano no CSNU. No primeiro semestre de 2007, visitaram o país o Vice-Primeiro-Ministro e o Chanceler da Itália, o Presidente da Síria e o Presidente da Federação Russa, além do Primeiro-Ministro do Líbano. Ademais, estiveram em Doha emissários dos Presidentes da Autoridade Nacional Palestina, do Iraque e do Egito. Parece cada vez mais transparente a disposição do Catar de utilizar plenamente a riqueza gerada pelo extraordinário desenvolvimento da indústria do gás e seus derivados, não somente para o fortalecimento da base econômica e da prosperidade do país, mas também para a consolidação de seu papel diplomático como um dos mais importantes interlocutores das potências ocidentais na região.

Diplomatas catarianos não escondem, em público e em conversas informais, a admiração e o respeito que sentem pela atuação externa brasileira, qualificada como firme e positiva. Cumpre registrar o apoio explícito prestado pela delegação catariana, na 59ª sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, à iniciativa diplomática do Presidente Lula "Ação contra a Fome e a Miséria", tendo o Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, Ahmed bin Abdullah al Mahamoud, manifestado a firme intenção de seu Governo de respaldar o projeto brasileiro.

O Catar é membro da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OAPEP), do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BIRD) e da Organização Mundial de Comércio (OMC).

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1974, foram estabelecidas relações diplomáticas entre o Brasil e o Catar. Em janeiro de 1994, o Chanceler catariano, Xequê Hamad bin Jassem Jaber al Thani, visitou o Brasil. Em julho de 2003, quando da visita do Embaixador Roberto Abdenur a Doha, para fazer a entrega de mensagem especial do Senhor Presidente da República que convidava o Emir a participar da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), as autoridades catarianas manifestaram empenho e interesse no estabelecimento de representações diplomáticas permanentes nas duas capitais.

Em visita oficial ao Catar, em fevereiro de 2005, o Ministro Celso Amorim, comunicou ao Emir Hamad bin Khalifa al Thani a decisão do Governo brasileiro de abrir representação em Doha. A disposição foi recebida com grande entusiasmo pelas autoridades catarianas. Em março de 2005, em carta ao Senhor Presidente da República, Sua Alteza informou da determinação de seu Governo de reabrir Embaixada do Catar em Brasília. Em 20 de abril de 2005, foi oficialmente inaugurada a Embaixada do Brasil em Doha.

Em maio de 2005, o Emir esteve presente à Cúpula ASPA, acompanhado de sua esposa, Xeica Mosha Nassar al Misnad, e de expressiva delegação, que contou com a presença dos dois Ministros das Relações Exteriores e de toda a cúpula da Chancelaria catariana.

Em junho de 2007, o Presidente da Petrobrás, Dr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, visitou o Catar e cumpriu agenda de negócios com a *Qatar Petroleum (QP)* e subsidiárias de energia e gás natural. A visita pode ser considerada a primeira do real impacto para o desenvolvimento das relações entre os dois países desde a abertura da Missão em Doha, em 2005. Dr. Gabrielli encontrou-se com o Sr. Nasser al Jaiddah, Presidente da *Qatar Petroleum International*, responsável pelas operações da QP no exterior. A visita criou perspectivas muito positivas de estabelecimento de uma sólida parceria entre as duas estatais, nela incluído o fornecimento regular de GNL catariano para suprir as necessidades energéticas brasileiras.

Recentemente, a empresa de aviação *Qatar Airways* negociou o estabelecimento de ligações aéreas diretas entre Doha e São Paulo, o que potenciará o intercâmbio econômico e cultural entre os dois países.

COMÉRCIO BRASIL-CATAR:

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil):

BRASIL ⇒ CATAR	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
Exportações	32.299	27.134	30.688	41.527	116.149	87.140	60.905
Importações	0	0	7.286	13	3.263	7.894	0,3
Superávit do Brasil	32.299	27.134	23.402	41.514	112.886	79.246	60.905

Fonte: MDIC/SECEX

* Valores referentes ao período Jan/Mai.

Aviso nº 670 - C. Civil.

Em 16 de julho de 2007.

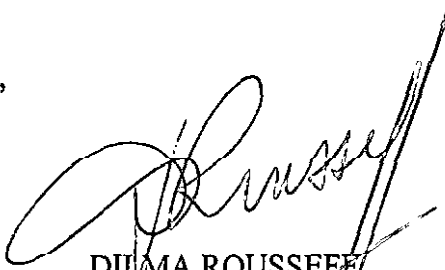
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, 03/08/2007

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-
(OS:14193/2007)